

Recensões bibliográficas

SILGO GAUCHE, L. (1994), *Léxico ibérico*. Valencia : Real Academia de Cultura Valenciana, 1994, 271 p.

A obra de que a seguir nos ocuparemos constitui apenas uma parte da tese de doutoramento de Luis Silgo defendida na Universidade de Valência em Novembro de 1992.

O léxico em questão foi elaborado a partir de todas as inscrições ibéricas (e não apenas as que se restringem à Comunidade Valenciana (p. 12, 15)) conhecidas até ao fim daquele ano; no entanto, Silgo teve a oportunidade de proceder a uma actualização bibliográfica que incluiu vários títulos saídos já em 1993.

Afirma Silgo (p.18) que prescindiu do material epigráfico ibérico em escrita meridional; contudo, são vários os termos transmitidos neste signário que aqui se encontram arrolados: **ariCan** (G.7.2), **alabuldun** (Broncano Rodríguez, 1989), **isceriaR** (G.15.1) e **TuiTuiboren** (A.100-6., -7.), entre outros.

Não obstante uma ou outra incorrecção que será posta em evidência mais adiante, o presente trabalho constitui um importante contributo para o estudo da língua ibérica, pelo que não podemos deixar de estranhar a sua ausência na bibliografia recolhida num manual sobre esta matéria, da autoria de J. Velaza (1996).

Refira-se que o facto de várias entradas da obra em apreço não serem objecto dos nossos comentários não implica uma concordância da nossa parte com o conteúdo das mesmas.

ABA (p. 21). Silgo refere a existência da sequência **abaTulCaTuRabanui** (C.1.6b e não C.1.6a), leitura que Untermann admite a par de **abaTulCaTuRabaniu** (*MLH* III 2, p. 26).

ABAS (p. 23). Silgo evoca **abaSaCeTuRabanui**, lido também como **abaSTiTuRabanuwi** e **abaSCaTuRabanui**, entre os testemunhos do provável elemento nominal *abaS*; contudo, as leituras mais prováveis, que Silgo, nesta entrada, não transcreve, são as de Untermann (*MLH* III 2, p. 26; v. *supra*): **abaTulCaTuRabanui/abaTulCaTuRabaniu**.

ABO (p. 24). Sobre os NNP que incluem o elemento nominal *abo*, v. também Faria, 1990-1991, p. 82, 1991b, p. 189, 1993, p. 155, 158.

ABULDUM (p. 25). Sobre a identificação de um provável NP segmentável em **abu-ildun**, v. Faria, 1994, p. 66, 68.

ACEL (p. 26). Não é certa a existência deste elemento nominal, dado o desgaste apresentado pela estela que alegadamente o documenta.

AGES (p. 26). À segmentação **aus(/S) -ages(/S)*, parece-nos preferível **aus(/S)a-ges(/S)*, considerando os diversos casos que testemunham este último elemento nominal (Faria, 1995a, p. 81-82; Gorrochategui, 1995, p. 55).

ACIS (p. 27). **arsbigisTeegiaR** deve substituir **aRsagiscuegiar** (Faria, 1995a, p. 80). García-Bellido e Ripollès (1997b, p. 277) ainda não desistiram de veicular esta última leitura.

ACUL (p. 27). Não é certa a existência deste morfema. **aCulsosin**, alegadamente gravado duas vezes em F.20.3, é lido por Untermann como **belsosin** numa delas e, na outra, como **argisosin** (*MLH* III 2, p. 545).

-AI/-EAI (p. 33). **SaliroTanai** deve substituir **Salirobonai** (Faria, 1992-1993, p. 277).

AIDU (p. 34). **aiduargi** (G.7.2), e não **aiduaR**, é a leitura correcta (Faria, 1990-1991, p. 82; Faria, 1991b, p. 189). Quanto ao NP reproduzido em G.13.3 e G.16.4, preferimos interpretá-lo agora do seguinte modo: **aidu-(u)rgi*. O segundo componente documenta-se apenas no bronze de Ascoli: VRGIDAR < **urgid-ar(/R)*.

ALABULDUN (p. 35). Sobre a segmentação deste NP em **ala-bu-(i)ldun**, v. também Faria, 1990-1991, p. 82; Faria, 1992-1993, p. 278.

ALATOLTUN (p. 35). Esta leitura está incorrecta, devendo ser emendada para **alabuldun** (v. *supra*, s. v.). Escapa-nos a razão que levou Silgo a não eliminar esta transliteração. De facto, não faz sentido que esta entrada e a imediatamente anterior tenham sido introduzidas na mesma altura.

ANTU (p. 38). Não é clara a relação de *anTu* com o *cognomen* latino ANTVLLA. ANDVMOBIOS deve substituir ANDVMOLIOS (Siles, 1985, p. 58, n.º 152).

-AR (p. 39). Não vemos fundamento para isolar um componente *-ar* em ASTERDVMARI, já que este NP se segmenta em **astertuwbar(s?)* (Faria, 1994, p. 66).

ARICANE (p. 41). Sobre esta “palavra”, v. também Faria, 1990-1991, p. 79.

ARRAN (p. 42). É preferível a segmentação **ar(/R)an-(n)es* (Faria, 1994, p. 69) ou **ar(/R)an-eS* em vez de **ar(/R)an-es*. Do nosso ponto de vista (Faria, 1995b, p. 324), *neS* é elemento antroponímico inexistente em ibérico (*contra*, Correa, 1994, p. 269, 271).

ARCIS (p. 43). A distinção gráfica entre velar surda e sonora que ocorre nos NNP [aba]rcis e **laCuargis** (C.4.1) bastaria para mostrar que, nas linhas 3 e 4 de C.4.1, estamos perante dois componentes nominais diferentes (Faria, 1995b, p. 323).

ARICAN (p. 45). Sobre esta “palavra”, v. também Faria, 1990-1991, p. 79.

-AS (p. 46). ORDENNAS e SOSINASAE devem decompor-se, respectivamente, em **ordin-nas* ou **ordin-(e)nas* e em **sosin-asai* (MLH III 1, p. 229, 232).

*AUARUA*S (p. 48). Este NP ibérico deve ler-se **Nauaruas* (**nabarbaS*) (Faria, 1991, p. 18). Untermann (1996, p. 81) entendeu ver neste NP o substantivo *nauarchos*.

-BA (p. 53) **niSunin** (F.13.11) (MLH III 1, p. 229) é preferível a **niSuniBa**.

BACE (p. 54). Não há qualquer razão para isolar a sequência *baCe* em **abobaCeR** (C.2.3), presumível NP (Faria, 1990-1991, p. 82).

BAI (p. 56). Sobre este morfema, v. igualmente Faria, 1995b, p. 324. É muito provável que *bai* tenha o mesmo significado em ibérico e pré-basco. Não há qualquer motivo para fazer derivar o pré-basco *bai* do basco *ibai* (‘rio’) mediante aférese, visto que esta última raiz é posterior àquela em vários séculos (Orpustan, 1987, p. 61; Orpustan, 1997³, p. 25, 127; *contra*, Gorrochategui, 1984, p. 153, 379; Gorrochategui, 1993, p. 613; Trask, 1997, p. 335, 344).

BASTOCISA (p. 69). A transliteração exacta da legenda monetária em questão (CNH 51:96-100) é **eToCiSa**, estando erradas **bastoCiSa**, **CeToCiSa**, **CeTouSa** (p. 105) e **oToCiSa** (p. 215); não vemos qualquer relação entre esta inscrição e a cidade de OTOBESA, que figura nas legendas monetárias como **otobeS-cen** (A.23; CNH 228:1).

BALCI (p. 60). Esta forma não existe em escrita ibérica, pelo que não pode ser considerada variante de *balce* (v. *infra*, s. u. BILUS).

BECINETANERS (p. 72). Não há qualquer fundamento passível de sustentar que **beCin** constitui um topónimo, afigurando-se mais provável que **beCineTaners** (Solier e Barbouteau, 1988, p. 89-90) seja um NP decomponível em **beCine-Tan-ers** (Faria, 1994, p. 69).

BETASE (p. 73). Esta legenda monetária é uma forma deturpada do NL **belse** (Faria, 1995b, p. 324-325), grafia que, de resto, Silgo não deixa de contemplar.

BETU (p. 74). CERDVBELVS deve substituir CERDVBETVS.

BEIS (p. 74). O NP **soribeis** (F.21.1), evocado por Silgo, deve segmentar-se em **sor-ibeis** (Faria, 1995b, p. 327).

BELES (p. 76). Silgo devia ter distinguido *beleS* de *bels*, atendendo às diferentes sibilantes representadas em cada um dos elementos nominais; naturalmente por outros motivos, também *beS*, *tibeS* (p. 80), *bon*, *boneS* (p. 91), *leis* e *tileis* (p. 197) mereciam entradas separadas.

BILUS (p. 83). BILVS é tão-somente a latinização de *bilos*, pelo que a sua inclusão neste léxico

parece-nos despropositada. Em semelhante erro incorreu recentemente Panosa (1996, p. 233-234) ao postular a existência em ibérico dos seguintes elementos nominais: *beles, belus, biles, bilis, bilus, sosun e tumar*.

BITI (p. 82). **bilosbiTi** e **lauRbiTi** devem dar lugar a, respectivamente, **bilosbim** e **laurbim** (C.4.1) (*MLH* III 1, p. 219).

BISCAR (p. 85). O NP **aRbiScar** deve segmentar-se em **aRbi-(i)Scar**, tal como propõe Untermann (*MLH* III 1, p. 210). De resto, agora sabemos que a forma indígena do topónimo BISCARGI, mencionado não apenas por Ptolemeu (2.6.63) mas também por Plínio (*N.H.* 3.23), é **biscargi** (*CNH* 41:31; Faria, 1996, p. 177), grafia que, pelo facto de ostentar uma diferente sibilante, não coincide com o alegado segundo componente de **aRbiScar**. Também Trask (1997, p. 332) não procedeu à necessária distinção entre o NP e o topónimo supracitados.

belse = **Illu(u)ersa* (Faria, 1995b, p. 324-325), **biscargi** = BISCARGI (Faria, 1996, p. 177) e **Sigara** = SIGARRA (Faria, 1997a, p. 110) são mais três cecas a acrescentar ao elenco elaborado por García-Bellido e Ripollès (1997a, p. 209) correspondente aos centros emissores de dracmas que sobreviveram às campanhas de pacificação romanas subseqüentes à 2.^a Guerra Púnica.

É provável que *iScar* constitua o componente inicial do topónimo SCAL(L)ABI(S) (< **iScar-labi*), encontrando-se o presumível segundo componente atestado em LABI-TOLOSA (Faria, 1995b, p. 326) e em **Sntar-labi-Tan** [sic] (Faria, 1994, p. 70). A sibilante com que encerra o topónimo, transmitida pelos textos da época romana, é uma inovação do latim destinada a facilitar a declinação de *Scal(l)abi* (*contra*, Mantas, 1993, p. 481, que isola um sufixo pré-latino *-bis*). Entre os topónimos que foram alvo do mesmo tratamento, contam-se BILBILI(S), CALAGVRRRI(S), ASTIGI(S), BAESVRI(S), MVRTILI(S) (Faria, 1993, p. 158) e SAETABI(S) (ib. **Saitabi**).

bleruas (p. 87). A leitura apresentada deve ser corrigida para **eleruas (elerbaS)** (Faria, 1994, p. 69). Todas as sete testemunhas envolvidas no negócio descrito no chumbo grego de Pech Maho têm nomes ibéricos. De opinião contrária é J. de Hoz (1997, p. 264-265), que, ao continuar a sustentar a tese da participação de indivíduos indígenas (não-ibéricos) na referida transacção comercial, persiste em ver em *Elerbas* um autóctone denominado *Bleruas*, nome que, a nosso ver, nunca existiu.

BODO (p. 88). **bododaS** deve dar lugar a **bodotaS** (F.9.7).

BORA (p. 91). Parece-nos mais razoável distinguir **abarsCubor** de **acitige**, dois prováveis NNP (Faria, 1991b, p. 189-190).

-CA (p. 95). **dutiCer** está por **aidutigeR** (Faria, 1990-1991, p. 82, 1994, p. 68).

CABES (p. 96). **CaRsuriTu** (A.100-3.) deve substituir **Cabesoriu** (Faria, 1990-1991, p. 74, 1995a, p. 81).

CAUNE (p. 103). Não é de descartar a leitura de Untermann (*MLH* III 2, p. 385): **uSTalarilune** (F.9.5).

CAUR (p. 103). **belagas-ik-aur** é a segmentação por nós adoptada (Faria, 1991b, p. 189, 190).

CEBEL (p. 104). Sobre este provável elemento nominal, v. também Faria, 1991b, p. 190.

CEL (p. 105). ...]IR-SECEL (TSall) é a segmentação mais provável (*MLH* III 1, p. 230).

CERTIS (p. 107). **urceadin** (E.6.3a, e não E.6.3b), leitura de Untermann (*MLH* III 1, p. 212), parece-nos preferível a **TurCerTiS**.

DAN (p. 126) **[ba?]inTaneS** (C.10.1) é restituição que não se justifica, sendo bem mais provável que o NP em causa tenha sido **[s?]inTaneS** (*MLH* III 2, p. 103; Faria, 1995b, p. 324) ou **[a?]inTaneS** (*MLH* III 2, p. 103).

TANER (p. 127). **bene-beTan-er** é a segmentação que propomos para este provável NP (Faria, 1994, p. 69); assim sendo, também não se justifica a existência da entrada -ETANER (p. 158).

-TE (p. 132). Aos casos que contemplam a utilização deste sufixo deve juntar-se **aidulegu-Te** (Faria, 1990-1991, p. 82).

TETEI (p. 134). Sobre este possível NP, v. também Faria, 1990-1991, p. 79. Na p. 205, ainda aparece como TATEI.

DEROCAN (p. 136) **BaSTur-erTer-oCan** parece-nos a segmentação mais correcta.

TIBES (p. 138). Ao testemunho trazido à colação por Silgo devem juntar-se **tibeSdar** (H.1.1) e **tibeSbiR** (C.2.21) (Faria, 1995b, p. 328).

TIKE (p. 139). **TueiT(u)-iCe-ildun** (F.21.1) é a segmentação correcta (Faria, 1991b, p. 189; Faria, 1993, p. 151), pelo que isolar *Tuei* do restante NP (p. 148) também não tem justificação.

TIGIN (p. 140). *goRotiginai* deve ser segmentado do seguinte modo: *goRo-tigi-nai* (MLH III 1, p. 235).

TIGIRS (p. 141) **tigirsbin** (MLH III 1, p. 235) deve substituir **TiCirslo**.

TILSUR (p. 142). **TiCaSur** deve ser a leitura correcta (Campmajó e Untermann, 1993, p. 515).

-TO (p. 144). Sobre este sufixo nominal, v. também Faria, 1990-1991, p. 84.

TOLO (p. 145). Aos exemplos da utilização de *tolo* aduzidos pelo autor deve-se acrescentar TOLOCO (Faria, 1995a, p. 83).

TUITUI (p. 148). **TuiTuiBolai**, **TuiTuiBoRTen** e **TuiTuisCeR** são transliterações a substituir respectivamente por **TuiTuBolai** (A.100-4., -5.), **TuiTuiBoren** (A.100-6., -7.) e **aiduiscer** (C.22.1) (MLH III 1, p. 236; Faria, 1990-1991, p. 74, 1994, p. 66).

-E (p. 151). Aos exemplos da utilização de *-e*, que Silgo considera, a nosso ver com razão (Faria, 1997a, p. 106), sufixo de dativo, deve acrescentar-se **abuloraun-e** (Faria, 1992-1993, p. 278, 1993, p. 157-158, 1994, p. 68, 1997a, p. 106). Não é de excluir a identificação deste sufixo com o que figura nalgumas inscrições votivas da Aquitânia (Gorrochategui, 1984, p. 326, 373; Trask, 1997, p. 402).

EABI (p. 151). EABIUS está certamente por FABIUS (TSall).

-ETAR (p. 159). A identificação de **eTaR** em **aRse-eTaR** e em **Saitabi-eTar** com um sufixo colectivo não parece possível, atendendo aos paralelos que podem ser estabelecidos entre **eTar** e **eTerTer** e entre **CiTAr** e **CiTTerTer**, morfemas que integram diversas legendas monetárias.

IBEI (p. 172). Em vez de **ibeitera**, deve ler-se **atigiRildirTa** (G.12.1) (Faria, 1995a, p. 328).

IBES (p. 173). Do nosso ponto de vista (Faria, 1995b, p. 326-327), o NP **ibeSor** (B.1.25) segmenta-se em **ibe-Sor**.

IBOLCA (p. 173). Não sendo topónimo ibérico, **ipolca** não deveria integrar o presente léxico.

ILTRACA (p. 177). A esta leitura deve preferir-se **ildiCira** (Faria, 1991b, p. 192, 1995a, p. 82). Apesar dos nossos argumentos em abono desta última transliteração, García-Bellido e Ripollès (1997b, p. 281) insistem em apoiar a interpretação aqui veiculada por Silgo.

Cabe aqui assinalar que, no reverso de um exemplar pertencente à emissão CNH 356:2, há pouco publicado por Collantes (1997, p. 204), lê-se **ildir**, letrado que não pode ser confundido com o topónimo reproduzido no anverso. Uma vez que não faz muito sentido representar o nome da cidade emissora por duas vezes numa mesma moeda e num mesmo sistema de escrita, o mais provável é que a dita legenda constitua o nome (abreviado?) de um magistrado.

ILDU (p. 178). A **uRCailTu** deve preferir-se **urCailbi** (Faria, 1990-1991, p. 74, 1993, p. 153, 1995a, p. 85-86).

ILDUR (p. 180). Em nosso entender (Faria, 1995a, p. 82), apenas **ilduR** (e não **ildur**) está até agora atestado em ibérico.

IRAIBER (p. 183). A leitura correcta é **iaRiber** (MLH III 1, p. 222).

ISBA (p. 186). **is-baTaR-is** é a segmentação correcta (*MLH III 1*, p. 166).

ISBE (p. 187). **is-beTaRtigr** é a segmentação correcta (*MLH III 1*, p. 217).

ISCER (p. 187). Sobre os nomes dos magistrados monetários de Cástulo que contêm este elemento nominal, v. Faria, 1991a, p. 16, 1993, p. 140.

ISSAL (p. 188). **is-SaleTar** é a segmentação mais adequada (*MLH III 1*, p. 166).

LAUR (p. 195). Aos casos aduzidos há que adicionar LAURBELES (**laurbeles*) (Mariner, 1979, p. 71), o mesmo que se encontra mencionado na p. 76. Trask (1997, p. 382) continua a ver neste NP um inexistente IAURBELES.

LIKINE (p. 198). A iberização de LICINIVS não é **licine**, mas **licini* (v. CAIVS > **cai**, LVCIVS > **luci**, TIBERIVS > **tiberi**, QVINTIVS > **cuinti**) (*MLH III 1*, p. 205-206; Faria, 1997a, p. 110-111). A apócope de lat. *-us/m* detecta-se igualmente em pré-/proto-basco (Michelena, 1974/1987, p. 203, 214, 1977², p. 135; Trask, 1997, p. 346). Partindo do princípio de que este é mais um fenómeno partilhado pelas fonologias basco-aquitana e ibérica, o facto de, pelo menos em pré-/proto-basco, a apócope referida aplicar-se não só a NNP mas também a nomes comuns parece fragilizar a teoria de Correa (1993, p. 103, n. 9), que recorre ao uso do vocativo para explicar a redução de lat. *-ius/m* para ib. *-i*. Aliás, este caso terá sido o primeiro a ser gradualmente abandonado, logo a partir dos inícios do século II a.C. (Bastardas Parera, 1955, p. 63 e n. 5).

Em nosso entender, é ainda menos verosímil postular que os nomes latinos transmitidos em escrita ibérica e terminados em *-i* se encontram em genitivo (*contra*, Rodríguez Ramos, 1995, p. 124), em virtude da função sintáctica que cada um deles desempenha nos documentos que os transmitem, designadamente nas moedas e na inscrição C.1.1. No que àquelas diz respeito, não temos conhecimento da existência de nenhum nome pessoal em genitivo (Faria, 1996, p. 150).

N. (p. 205) **n.TeTeiariCane** é preferível a **n.TaTeiariCane** (Faria, 1990-1991, p. 79).

NES (p. 208). Aos exemplos da utilização de *nes* deverão juntar-se ARRANES, BINSNES e **neselducu** (Faria, 1994, p. 67, 69, 1995a, p. 83-84)

NICOR (p. 208). Não cremos que NICORONTES, a ter existido, seja NP ibérico.

OCTACILIUS (p. 208). Não conseguimos vislumbrar qual o cabimento que terá a presença deste *nomen* latino num léxico ibérico.

OCAS (p. 213). **oCastiger** deve dar lugar a **aCaStiger** (C.1.6a) (*MLH III 2*, p. 25).

OTI (p. 214). **o-tigirtecer** (C.2.10) é a única segmentação que faz sentido (*MLH III 1*, p. 234).

OREN (p. 217). A segmentação adequada é **iBe-Sor-en** (*MLH III 1*, p. 222).

ORCU (p. 217). **bor-bel-ior-Cu** é a segmentação mais plausível (Faria, 1991b, p. 190).

...]RSCON (p. 225). **ersCon**, e não **aRsCon**, é o NP completo (Faria, 1994, p. 67).

-STE (p. 230). Noutra ocasião, já expusemos as nossas dúvidas relativamente à existência deste sufixo (Faria, 1991b, p. 189).

SEGIA (p. 231). Este topónimo é de origem celta, pelo que não deve ter lugar neste léxico. De acordo com os últimos trabalhos de Villar sobre as sibilantes em celtibérico (p. ex. Villar, 1995), este topónimo devia transcrever-se como **zegia**; contudo, não é esta a transliteração adoptada por este autor, que prefere **segia** (Villar, 1995, p. 106, 160). Independentemente da origem linguística do topónimo, deve ser contemplada a possibilidade de **segia** não se incluir entre as legendas monetárias celtibéricas, facto que não seria de estranhar atendendo à extracção ibérica de todos ou quase todos os nomes dos *Segienses* que integraram a *Turma Salluitana* (*MLH III 1*, p. 196). De resto, a sequência **on**, reproduzida nos anversos de CNH 215:1-8, repete-se apenas nas moedas de **arsaos** (CNH 253:9) e de **arsaCos** (CNH 256:4-5), cecas que dificilmente poderão ser consideradas celtibéricas (*MLH I 1*, p. 89, 238, 240).

- siREN (p. 235). gora-sir-en é a segmentação correcta (MLH III 1, p. 227).
- (U)RES (p. 252). Nada temos a acrescentar àquilo que escrevemos a propósito da reconstituição do NP ibérico *ureSunin levada a cabo por Silgo (Faria, 1995b, p. 329). Resta apenas assinalar que, sendo aquele o *cognomen* de um tal CORNELIVS, não é possível sustentar que *unin* possa ser “un elemento léxico com el significado de «mujer» o «hija»” (Luján Martínez, 1997, p. 278, n. 9).
- USECERTE (p. 255). Silgo não se referiu ao facto de este NP figurar nas moedas e no mosaico da Caminreal com signos diferentes para assinalar a vibrante.

BIBLIOGRAFIA

- BASTARDAS PARERA, J. (1955) - Antropónimos condicionados por topónimos. *Revista de Filología Española*. Madrid. 39, p. 61-79.
- BRONCANO RODRÍGUEZ, S. (1989) - *El depósito votivo ibérico de El Amarejo, Bonete (Albacete)*. Madrid : Ministerio de Cultura.
- CAMPMAJÓ, P. ; UNTERMANN, J. (1993) - Les influences ibériques dans la Haute Montagne Catalane: le cas de la Cerdagne. In UNTERMANN, J. ; VILLAR, F., eds. - *Actas del V coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de noviembre de 1989)*. Salamanca : Universidad, p. 499-520.
- COLLANTES PÉREZ-ARDÁ, E. (1997) - *Historia de las cecas de Hispania antigua*. [S.l.] : Arkis.
- CNH = VILLARONGA, L. (1994) - *Corpus nummum Hispaniae ante Augusti aetatem*. Madrid : José A. Herrero.
- CORREA, J. A. (1993) - Antropónimos galos y ligures en inscripciones ibéricas. In ADIEGO, I. -J. ; SILES, J. ; VELAZA, J., eds. - *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata*. Barcelona : Universitat, p. 101-116.
- CORREA, J. A. (1994) - La lengua ibérica. *Revista Española de Lingüística*. Madrid. 24:2, p. 263-287.
- FARIA, A. M. de (1990-1991) - Antropónimos em inscrições hispânicas meridionais. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 11-12, p. 73-88.
- FARIA, A. M. de (1991a) - Epigrafia monetária meridional. *Conimbriga*. Coimbra. 30, p. 13-22.
- FARIA, A. M. de (1991b) - [Recensão a] UNTERMANN, J., *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band III. Die iberischen Inschriften aus Spanien. I. Literaturverzeichnis, Einleitung, Indices. 2. Die Inschriften*, Wiesbaden, Dr. Ludwig Reichert Verlag, 1990, 339 + 661 pp. *Conimbriga*. Coimbra. 30, p. 187-197.
- FARIA, A. M. de (1993) - A propósito do V colóquio sobre línguas e culturas pré-romanas da Península Ibérica. *Penélope*. Lisboa. 12, p. 145-161.
- FARIA, A. M. de (1994) - Subsídios para o estudo da antroponímia ibérica. *Vipasca*. Aljustrel. 3, p. 65-71.
- FARIA, A. M. de (1995a) - Novas achegas para o estudo da onomástica ibérica e turdetana. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 79-88.
- FARIA, A. M. de (1995b) - Algumas notas de onomástica ibérica. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 16, p. 323-330.
- FARIA, A. M. de (1996) - Nomes de magistrados em moedas hispânicas. Correções e aditamentos. *Conimbriga*. Coimbra. 35, p. 149-187.
- FARIA, A. M. de (1997a) - Apontamentos sobre onomástica paleo-hispânica. *Vipasca*. Aljustrel. 6, p. 105-114.
- FARIA, A. M. de (1997b) - Moedas da época romana cunhadas no actual território algarvio. In *Noventa séculos entre a serra e o mar*. Lisboa : IPPAR, p. 361-371.
- GARCÍA-BELLIDO, M.ª P. ; RIPOLLÈS, P. P. (1997a) - La monnaie : Prestige et espace économique des Ibères. In *Les Ibères*. Paris : Association Française d'Action Artistique ; Madrid : Ministerio de Educación y Cultura ; Barcelona : Fundación “la Caixa” ; Bonn : Kunst- und Ausstellungshalle der Bundesrepublik Deutschland, p. 205-215.
- GARCÍA-BELLIDO, M.ª P. ; RIPOLLÈS, P. P. (1997b) - [Comentários ao catálogo de moedas ibéricas]. In *Les Ibères*. Paris : Association Française d'Action Artistique ; Madrid : Ministerio de Educación y Cultura ; Barcelona : Fundación “la Caixa” ; Bonn : Kunst- und Ausstellungshalle der Bundesrepublik Deutschland, p. 272-287.
- GORROCHATEGUI, J. (1984) - *Estudio sobre la onomástica indígena de Aquitania*. Bilbao : Universidad del País Vasco.
- GORROCHATEGUI, J. (1993) - La onomástica aquitana y su relación com la ibérica. In UNTERMANN, J. ; VILLAR, F., eds. - *Actas del V coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Colonia, 25-28 de noviembre de 1989)*. Salamanca : Universidad, p. 609-634.
- GORROCHATEGUI, J. (1995) - The Basque language and its neighbors in Antiquity. In HUALDE, J. I. ; LAKARRA, J. A. ; TRASK, R. L., eds. - *Towards a history of the Basque language*. Amsterdam-Philadelphia : Johns Benjamins, p. 31-63.

- DE HOZ, J. (1997) - [Comentários ao catálogo de inscrições ibéricas]. In *Les Ibères*. Paris : Association Française d'Action Artistique ; Madrid : Ministerio de Educación y Cultura ; Barcelona : Fundación "la Caixa" ; Bonn : Kunst- und Ausstellungshalle der Bundesrepublik Deutschland, p. 251-271.
- LUJÁN MARTÍNEZ, E. R. (1997) - La inscripción en caracteres ibéricos de Los Maillos (Belvís de la Jara, Toledo). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 70, p. 275-280.
- MANTAS, V. G. (1993) - As fundações coloniais no território português nos finais da república e inícios do império. In *II congresso peninsular de História Antiga (Coimbra, 18 a 20 de Outubro de 1990)*. Actas. Coimbra : Faculdade de Letras, p. 467-500.
- MARINER, S. (1979) - La distribución de los fonemas ibéricos según textos en escritura griega y en semisilabario y según onomástica transmitida. In TOVAR, A. [et al.], eds. - *Actas del II coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Tübingen, 17-19 de junio de 1976)*. Salamanca : Universidad, p. 69-79.
- MICHELENA, L. (1974/1987) - El elemento latino-románico en la lengua vasca. *Fontes Linguae Vasconum*. Pamplona. 6, p. 183-209 [= *Palabras y textos*. Bilbao : Universidad del País Vasco, p. 195-219].
- MICHELENA, L. (1977?) - *Fonética histórica vasca*. 2.ª ed. San Sebastián : Diputación Foral de Guipúzcoa.
- MLH I = UNTERMANN, J. (1975) - *Monumenta linguarum Hispanicarum. Band I: Die Münzlegenden*. Wiesbaden : Dr. Ludwig Reichert.
- MLH II = UNTERMANN, J. (1980) - *Monumenta linguarum Hispanicarum. Band II: Die Inschriften in iberischer Schrift aus Südf frankreich*. Wiesbaden : Dr. Ludwig Reichert.
- MLH III = UNTERMANN, J. (1990) - *Monumenta linguarum Hispanicarum. Band III: Die iberischen Inschriften aus Spanien*. Wiesbaden : Dr. Ludwig Reichert.
- ORPUSTAN, J.-B. (1987) - Les traces du gascon dans les noms des provinces, vallées, communes et quartiers historiques de Labourd, Soule et Basse-Navarre. In CIERBIDE MARTINENA, R., ed. - *Pirenaico navarro-aragonés, Gascón y Euskera. V Cursos de Verano en San Sebastián*. Bilbao : Universidad del País Vasco, p. 29-69.
- ORPUSTAN, J.-B. (1997³) - *Toponimie basque : Noms de pays, communes, hameaux et quartiers historiques de Labourd, Basse-Navarre et Soule*. 3e éd. Bordeaux : Presses Universitaires.
- PANOSA, M. I. (1996) - Elementos sobre la fase de bilingüismo y latinización de la población ibérica. In VILLAR, F. ; ENCARNACIÓN, J. d', eds. - *La Hispania prerromana. Actas del VI coloquio sobre lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Coimbra, 13-15 de octubre de 1994)*. Salamanca : Universidad ; Coimbra : Universidade, p. 217-246.
- RODRÍGUEZ RAMOS, J. (1995) - Nota a la inscripción ibérica Tarragona C.18.8. *Pyrenae*. Barcelona. 26, p. 123-125.
- SILES, J. (1985) - *Léxico de inscripciones ibéricas*. Madrid : Ministerio de Cultura.
- SOLIER, Y. ; BARBOUTEAU, H. (1988) - Découverte de nouveaux plombs, inscrits en ibère, dans la région de Narbonne. *Revue Archéologique de Narbonnaise*. Montpellier. 21, p. 61-94.
- TRASK, R. L. (1997) - *The History of Basque*. London-New York : Routledge.
- UNTERMANN, J. (1996) - Los plomos ibéricos : Estado actual de su interpretación. In *Las lenguas paleohispánicas en su entorno cultural (curso de la U.I.M.P.P. - Valencia 4/9-X-1993)*. Valencia : Real Academia de Cultura Valenciana, p. 75-108.
- VELAZA, J. (1996) - *Epigrafía y lengua ibéricas*. Madrid : Arco Libros.
- VILLAR, F. (1995) - *Estudios de celtibérico y de toponimia prerromana*. Salamanca : Universidad.

António Marques de Faria

MARQUES, M. G. ; CABRAL, J. M. P. ; MARINHO, J. R. - Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda. Porto : Sociedade Portuguesa de Numismática, 1995, 285 p.

A obra agora comentada reúne um conjunto de nove trabalhos sobre diversos aspectos da numária visigoda, tendo recebido o Prémio “Javier Conde Garriga” correspondente ao ano de 1995, atribuído pela Asociación Numismática Española (Barcelona).

O livro abre com um estudo dedicado à origem da chamada moeda nacional visigoda (p. 11-30). Talvez os AA. tenham ao razão ao advogarem, ainda que sem provas concludentes, a ausência de cunhagens visigodas na Gália durante a primeira metade do século V; não devem, no entanto, ser esquecidos os argumentos evocados recentemente por Kent (*RIC X*, p. 220-224), no sentido de defender a tese contrária; entre aqueles, permitimo-nos aqui salientarmos o seguinte: “There are periodic mentions of peace made between Romans and Goths, usually after some Roman military success, and there is no difficulty in ascribing to these periods of peace the coinages described in the following pages. It cannot be without significance that those emperors for whom coinage is lacking were those failed to reach an accord with them.” (*RIC X*, p. 221). Poderá ser este eventualmente o caso de Johannes (423-425) (*RIC X*, p. 222).

Se a divisão da numária visigoda em três categorias tem toda a justificação, já a denominação atribuída pelos AA. aos *tremisses* pertencentes a cada uma delas — pré-nacionais (invariavelmente chamados “pre-nacionais”), de transição e nacionais (p. 25) — não nos parece a mais aconselhável. Na verdade, além de não ser suficientemente discutido e definido o conceito de “nação” e a relação entre esta e o estado monárquico visigodo, a “nação” visigoda não começou a existir em 576, o ano em que presumivelmente Leovigildo ordenou que o seu nome fosse inscrito nas respectivas emissões monetárias (p. 28). Por conseguinte, não se nos afigura correcto relacionar de alguma maneira a existência da “nação” visigoda com a alteração das legendas monetárias.

Refira-se, desde já, que é pena que o excelente nível atingido pelos estudos contidos neste livro não tenha sido acompanhado de uma rigorosa revisão de provas tipográficas, dadas as numerosas gralhas detectadas.

O segundo estudo (p. 31-53) trata da história monetária do período que mediou entre c. 508 e c. 575, contada a partir da pesagem de numerosos exemplares atribuídos àquele período. Nele, é feito um balanço crítico dos principais estudos anteriores sobre a mesma matéria.

A análise metalográfica de *tremisses* incluídos no mesmo âmbito cronológico constitui a estrutura do terceiro trabalho (p. 55-77), cujas conclusões (p. 62-63) esperamos ver um dia confirmadas mediante o estudo da composição de maior número de exemplares. Há aqui um erro tipográfico de alguma gravidade, que afecta a identificação de um dos *tremisses* analisados. Efectivamente, na p. 72, onde se lê “MNP 15” (MNP são as iniciais correspondentes ao virtual Museu Numismático Português...), deve ler-se “MNP 13”. Por outro lado, não se compreende que, nas notas sobre as moedas analisadas que constituem o apêndice 2 (p. 71-74), faltem os comentários aos seguintes *tremisses*: AM 34, MNA 9, MNA 12, MNP 20, MNP 14, MNP 10, MNP 15, MNP 16, MNP 13, AM 45, AM 44 e AM 34.

O ensaio subsequente (p. 79-117) consiste no estudo da história monetária do reino visigodo a partir da análise dos pesos dos numismas designados pelos AA. por “nacionais”. A nosso ver, as inovadoras e valiosas deduções que os AA. extraíram daquele aturado exame necessitam, pelo menos no que diz respeito às emissões mais escassas, de ser corroboradas através da pesagem de novos exemplares.

Segue-se o mais extenso de todos os estudos que integram o volume em análise, respeitante à composição metalográfica dos *tremisses* “nacionais” (p. 119-200) através do recurso à análise por espectrometria de fluorescência de raios X.

Não podemos deixar de lamentar a inexistência de um apêndice contendo uma relação das moedas compulsadas e que os AA. consideraram falsas (p. 128). Talvez assim se justificasse a exclusão de pelo menos um *tremissis*, cuja ausência entre os exemplares analisados, pelo facto de o considerarmos genuíno, não conseguimos entender. É este o caso do *tremissis* de Roderico cunhado em *Egitania* e por nós publicado há alguns anos (Faria, 1988, p. 78, n.º 56). Em todo o caso, fazemos votos para que as ilações retiradas do estudo metalográfico em questão venham a ser reforçadas com a ulterior análise de moedas de outras colecções e proveniências.

À semelhança do que sucedeu no terceiro ensaio, também aqui avultam alguns erros que prejudicam a compreensão do apêndice 1 (p. 151-170), onde figuram os resultados da análise química de 238 *tremisses*. Assim, na linha 6 da p. 151, onde se lê 7(e), deve ler-se 7(f). Na p. 164, a referência da única moeda analisada pertencente ao reinado conjunto de Chindasvinto e Recesvinto não é 360(c), mas 346 (var.) (Faria, 1988, p. 75, n.º 21). Também nas notas sobre as moedas analisadas (apêndice 2, p. 171-188), detectámos alguns erros tipográficos que, caso não sejam corrigidos, prejudicam seriamente a compreensão do conteúdo. Deste modo, na linha 3 da p. 175, onde se lê “MNP 69”, deve ler-se “AM 69”; na linha 5 da p. 179, onde se lê “JS 1”, deve ler-se “L 414”; na linha 24 da p. 180, onde se lê “do reverso”, deve ler-se “do anverso”; na linha 10 da p. 181, onde se lê “AM 45” deve ler-se “AC 45”; na linha 17 da p. 182, onde se lê “todas” deve ler-se “estas três”; na linha 25 da p. 184, onde se lê “MNA 67”, deve ler-se “MNP 67”; na linha 3 da p. 186, onde se lê “MNP 157”, deve ler-se “AM 157”; na linha 20 da p. 187, onde se lê “letra D”, deve ler-se “letra O”; na linha 4 da p. 188, onde se lê “AM 116”, deve ler-se “AM 110”; na linha 14 da p. 188, onde se lê “MNA 1”, deve ler-se “MMA 1”.

Se forem cotejadas com as fotografias que as reproduzem, as legendas monetárias transcritas nas p. 180 (linha 20) e 188 (linha 36) devem igualmente ser objecto de emenda.

É também notória a inexistência de comentários referentes aos seguintes *tremisses*: MNP 23, AM 123, MCL 7, AM 86, AM 87, MNP 62, MCL 14, MNA 24, MNP 61, AM 152, MNA 25 e MCL 17.

A parcimónia na citação de bibliografia de que os AA. fizeram uso ao longo de todo o livro tê-los-á levado a omitir os trabalhos que se reportam ao achado de *tremisses* (v., por exemplo, MNA 33, (p. 187) e MNA 35 (p. 188)), podendo os leitores menos avisados ser levados a deduzir que se trata de informação inédita.

O sexto trabalho, que incide sobre as moedas de Recaredo II (p. 201-208), é a prova evidente da relevância que as análises metalográficas, quando devidamente interpretadas, podem atingir no estudo da numismática.

A evolução da circulação da moeda visigoda constitui o tema do ensaio seguinte (p. 209-250), no qual os AA. apresentam alguns modelos matemáticos susceptíveis de reflectir a circulação monetária nos diversos reinados, sem descurar a análise da composição de alguns tesouros.

Algumas afirmações produzidas neste estimulante ensaio não nos parecem devidamente fundamentadas. De facto, se o pagamento ao exército é considerado uma das causas próximas da cunhagem de espécimes áureos (p. 226), não se compreende por que razão Gundemaro, que “gastou a maior parte do seu curto reinado em campanhas militares nada proveitosas” (p. 224), não promoveu uma recuperação do ritmo de produção monetária. Por outro lado, os AA. não apresentam qualquer prova arqueológica ou documental de que os Visigodos

usaram preferencialmente barras de ouro purificado nas transacções comerciais internacionais (p. 229, n. 6).

Mais reduzido, mas não de menor valia, é o trabalho dedicado à comparação entre a “qualidade” da moeda e a presumível quantidade de ouro despendida nas cunhagens (p. 251-263).

O último ensaio consiste numa minuciosa análise das possíveis razões que explicam a cunhagem de moedas de ouro pelos Visigodos, procedendo os AA. a uma revisão crítica da teoria que sustenta terem as emissões monetárias visigodas obedecido eminentemente a motivos de natureza fiscal (p. 265-279).

Em relação a este último estudo, convém dar conta de duas pequenas incorrecções que em nada afectam as importantes conclusões a que chegaram os AA. No quadro II (p. 271), a alusão a *Valentia* seguida de (T) (a corrigir por (C) = Cartaginense, de acordo com o mapa apresentado na p. 103) deixa entrever a existência de uma outra ceca de nome *Valentia*, que só surge mencionada no apêndice 2, entre as cecas lusitanas (p. 278). A *Rodas* (B) é preferível utilizar a grafia *Roda* (Balaguer, 1983). Resta ainda fazer alguns comentários ao apêndice 2, referente à distribuição das cunhagens visigodas por reinados. Notámos a ausência das moedas de Gundemaro e Sisebuto emitidas respectivamente em *Eminio* e em *Panonias*, recentemente publicadas no Relatório e Contas de 1992 da Companhia de Seguros Lusitânia (Lisboa, 1993, p. 31). Tão-pouco está recolhido no mencionado apêndice o *tremissis* de Tulga cunhado em *Bracara* (Lemos, 1973). Foram igualmente excluídos sem qualquer discussão os *tremisses* em nome de Chindasvinto e Recesvinto (Chaves e Chaves, 1984, p. 118, n.º 289) e de Recesvinto (Chaves e Chaves, 1984, p. 121, n.º 301), atribuídos por estes dois investigadores a *Veseo*.

Encerra o livro um glossário que podia ter sido mais extenso (não se compreende, por exemplo, por que motivo foi incluído o valor modal e ficou de fora a skewness).

Não obstante algumas imprecisões que julgámos útil registar nesta oportunidade, deve ficar bem claro que a obra aqui recenseada ombreia sem qualquer favor com o que de melhor se tem escrito sobre a numária visigoda.

BIBLIOGRAFIA

- BALAGUER, A. M. (1983) - El problema de la localización de la Roda visigoda. *Acta Numismática*. Barcelona. 13, p. 109-118.
- CHAVES, M.ª J. ; CHAVES, R. (1984) - *Acuñações previsigodas y visigodas en Hispania*. Madrid : Vico & Segarra.
- FARIA, A. M. de (1988) - On finds of Suevic and Visigothic coins in the Iberian Peninsula and their interpretation. In MARQUES, M. G. ; METCALF, D. M., eds. - *Problems of Medieval Coinage in the Iberian Area. 3. A Symposium held by the Sociedade Numismática Scalabitana and the Instituto de Sintra on 4-8 October, 1988*. Santarém : Sociedade Numismática Scalabitana, p. 71-88.
- LEMOS, P. A. F. de (1973) - Moedas visigodas : oficinas monetárias — moeda de Tulga cunhada em Braga. *Nummus*. Porto. 32, p. 9-13.
- RIC X = KENT, J. P. C. (1994) - *The Roman Imperial Coinage. Vol. 10 : The Divided Empire and the Fall of the Western Parts 395-491*. London : Spink and Son Ltd.

António Marques de Faria